

O DESTINO MANIFESTO BRASILEIRO: O PROJETO GEOPOLÍTICO DE POTÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS - DA INTEGRAÇÃO TERRITORIAL A PROJEÇÃO DO ESTADO (1964-1985)

THE BRAZILIAN MANIFEST DESTINY: THE GEOPOLITICAL POWER PROJECT OF THE ARMED FORCES - FROM TERRITORIAL INTEGRATION TO STATE PROJECTION (1964-1985)

Adriano Moura de Oliveira (UFRJ)¹

Resumo

Este artigo procura investigar o projeto geopolítico de potência das Forças Armadas brasileiras, a partir do golpe de Estado de 1964, tendo como objeto central de nossos esforços, as ideias que orientaram as políticas nas regiões da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica durante os governos militares. Essas duas regiões foram alvos de ações, dispêndio de recursos efetivos e conflitos ao longo da ditadura. E, guardadas as devidas diferenças de orientação ideológica de cada governo, a força da geopolítica militar esteve calcada sob a égide da segurança e desenvolvimento, ou seja, de uma instrumentalização do território visando estratégias políticas que dessem conta internamente, de integrar o território brasileiro, garantindo a ocupação efetiva dos espaços de vazios demográficos, a potencialização econômica de áreas de exploração e a segurança frente a um possível “inimigo” interno. Externamente, o ideário geopolítico propunha a projeção do Estado sob um conjunto de ações bilaterais que aumentassem os instrumentos de influência sobre os países limítrofes, sobretudo no que tange ao aproveitamento dos recursos transfronteiriços.

Palavras-chave: Ditadura - Geopolítica – Brasil potência

Abstract

This article seeks to investigate the geopolitical power project of the Brazilian Armed Forces since the coup d'état of 1964, having as central object of our efforts the ideas that guided the policies in the regions of the Prata Basin and the Amazon Basin during the governments military. These two regions were the targets of actions, expenditure of effective resources and conflicts throughout the dictatorship. And, given the differences in ideological orientation of each government, the strength of military geopolitics was based on security and development, that is, on an instrumentalization of the territory, aiming at political strategies that would account internally, to integrate the Brazilian territory, guaranteeing the effective occupation of the spaces of demographic vacuums, the economic potentiation of areas of exploitation and security against a possible internal "enemy". Externally, the geopolitical ideology proposed the projection of the State under a set of bilateral actions that increased the instruments of influence on the bordering countries, especially with regard to the use of cross-border resources.

Key Words: Dictatorship - Geopolitics - Brazil power

INTRODUÇÃO

Denominada por Vesentini (1987) de A capital Geopolítica, Brasília, construída na segunda metade da década de 1950, é um exemplo emblemático do imbricamento das questões políticas e geográficas que envolveram a mudança de localização da capital sob o escopo de traçar diretrizes estratégicas para o exercício do poder. A força

¹ Doutorando Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ

do discurso geopolítico, como inspirador de políticas e ações, já se fazia presente na década de 1930 com a instauração do Estado Novo, não somente na criação de órgãos ligados ao exército e especializados em análises geográficas (como o Conselho Nacional de Estatística de 1931, o Serviço Geográfico e Histórico do Exército em 1932 e, em 1934, o Conselho Brasileiro de Geografia), mas também na busca de instrumentos que permitissem levar adiante uma ação “modernizadora”. Inclui-se, aí, perante uma nova gestão territorial, o interesse de pôr fim “aos regionalismos desenfreados que comprometiam a todo o momento a integridade nacional” (CAPANEMA *apud* SCHWARTZMAN, 1984, p.21).

A preocupação com a integração nacional, com a unidade territorial e com a ocupação fronteiriça sempre estiveram presentes e ocuparam um papel de destaque no pensamento geopolítico militar que predominou em boa parte de história republicana brasileira que, integrado nos anos 1920 aos círculos de pensamentos oficiais, ecoou até a década de 1970, no auge da Ditadura Militar. Esse pensamento geopolítico reflete a preocupação com o problema da unidade nacional, segundo a ideia corrente de que uma grande extensão territorial só se torna uma vantagem política e econômica quando associada à ocupação e ao povoamento adequados. No centro dos maiores debates sobre geopolítica, indiscutivelmente, as regiões da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica cumpriam esses requisitos no território brasileiro, bem como no imaginário geopolítico militar.

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso se dispõe do Rio Amazonas como via natural. E sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil Platino, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata: o sul de Mato Grosso, prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração. Quer dizer que excentricamente, por via marítima, ou concentricamente, por vias terrestres, o papel funcional dessas regiões é de ligar, homogeneizar, amarrar os dois Brasis essenciais, do ponto de vista continental, o platino e o amazônico (TRAVASSOS, 1947: p. 129-131).

As regiões da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica foram alvo das primeiras investidas do governo Getúlio Vargas. Deste modo, pelo menos intencionalmente, a “Marcha para o Oeste” proposta por esse governo, formaria um conjunto de ações governamentais bastante variadas, que iam desde a implantação de colônias agrícolas,

passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural, traduzindo-se numa política expansionista que buscava a integração nacional e, concomitantemente, a organização dos territórios, garantindo em tese, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas (LOPES, 2002.). A incorporação de novas regiões ao circuito produtivo nacional, orientada para a formação de um mercado nacional integrado aos centros dinâmicos da economia nacional, trouxe à tona um caráter bem específico do discurso de “integração”, uma vez que, do ponto de vista ideológico – tanto nas esferas do governo, quanto nos círculos militares (RODRIGUES, 1947, p.57) – integrar significava, sobretudo, garantir a soberania:

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transportes eficientes, que aniquilam as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas são resultados da formação estanque de economias regionais fechadas (CAPANEMA *apud* SCHWARTZMAN, 1984: p. 422-423).

Nesse contexto de zelar pela soberania nacional, o discurso se alinhava à prática e necessidade de colonização de novas regiões de fronteira passou a fazer parte dos objetivos estratégicos do Estado. Exemplo interessante de se verificar são as fronteiras agrícolas na região do Oeste do Paraná, pertencentes à Bacia platina que, por sua localização geográfica privilegiada, estava então à mercê da exploração estrangeira (paraguaios e argentinos), o que representava, na perspectiva geopolítica, um risco. Estas fronteiras agrícolas foram integradas ao território brasileiro e ao modelo de desenvolvimento nacional, tanto sob o ponto de vista da dinâmica do capital, quanto sob o das políticas de Estado, ou seja, estavam inseridas no modelo de desenvolvimento nacional inaugurado por Getúlio Vargas.

Obedecendo, como já citado, a meta da integração territorial e da expansão das fronteiras agrícolas em vista da dilatação do mercado interno, o interesse de efetivar a colonização e a inserção produtiva da região Oeste do Paraná, levou o Estado a unir forças com as companhias colonizadoras particulares e definir alguns critérios para que o empreendimento tivesse sucesso. Dentre esses critérios, a estrutura fundiária teve significado especial, tendo em vista que o minifúndio garantiria uma ocupação mais densa da área, com redes de relações familiares e sociais sólidas e, ao mesmo tempo em

que estimularia o incremento populacional, promoveria o abastecimento do mercado através da produção diversificada de excedentes.

Segundo Lenharo, a “Marcha para o Oeste” e as Colônias Agrícolas Nacionais conseguiram alcançar alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional pela inclusão das fronteiras ocas ao mercado interno, que paulatinamente estava se formando. A dificuldade para que o projeto pudesse completar-se residia, fundamentalmente, na incipiente estrutura econômica, na ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeiras de investimentos e de distribuição, impossibilitando assim, a disseminação, pelo território nacional, de experiências deste quilate (LENHARO, 1986).

Nessas regiões, os objetivos políticos do governo de Getúlio acompanharam as possibilidades e determinantes de um modelo condicionado, como já dito, à constituição e ampliação de um mercado interno que teria que ser dinamizado, numa ponta pelo aumento e diversificação da produção e na outra, pela ampliação do consumo interno. Este fator limitava a importância dos recursos fornecidos por essas regiões que poderiam, naquele momento, contribuir para o sucesso do próprio modelo econômico proposto. Esta limitação – que não significava uma total omissão – bem como a ausência da burguesia externa, explicariam, em parte, a escassez de recursos destinados à região.

O segundo ponto, tendo em vista se tratarem de regiões fronteiriças e de valor geoestratégico, atinge a problemática de compreender a influência do cenário internacional e o papel que assume o Brasil nesse contexto. De acordo com a literatura especializada (CERVO; BUENO, 1992), o governo Vargas tinha como essencial para o desenvolvimento nacional proposto, e a conseqüente promoção da soberania, o aumento das exportações, a construção de uma usina siderúrgica e, indiscutivelmente, o anseio de reorganizar as Forças Armadas. Sendo assim, a política externa do governo gerou uma situação de ambigüidade, mormente na década de 1930, nas relações com Estados Unidos e Alemanha, em que se buscou explorar as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem optar por uma aliança clara com um dos dois (MOURA, 1991: p.6). As trocas comerciais, os acordos estabelecidos e o próprio discurso de neutralidade – desfeito às vésperas da Segunda Guerra – demonstram a utilização da política externa como instrumento claro de desenvolvimento interno. Mais uma vez, dentro deste contexto, a inserção das regiões platina e amazônica era pormenorizada em arrolamento

dos objetivos de defesa e projeção do Estado no período, como apontaria o próprio Vargas ao tratar da conferência entre os países amazônicos.

É claro que, assim procedendo, aumentaremos nossas reservas de defesa e a nossa capacidade para resistir a qualquer tentativa de absorção. Embora não tenhamos, no momento, felizmente, razões para nos sentirmos ameaçados, cumpre-nos consolidar a obra de solidariedade começada com iniciativas como essas que não visam hostilizar ninguém e só concorrem para desenvolver, entre as nações americanas, o espírito de mútua confiança e a convicção da necessidade de nos prepararmos para enfrentar quaisquer eventualidades (VARGAS, 1941, p. 87).

Que postura permitiu uma reconfiguração do olhar para as regiões da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica, bem como de seus valores estratégicos, na década de 1960 com o advento do golpe? Que lugar essas regiões ocuparam na construção ideológica do projeto de Brasil potência, presente nos discursos e na intensa propaganda veiculada ao longo dos governos militares? Quais são os nexos existentes entre as estratégias geopolíticas do governo militar e as grandes construções neste período?

No Brasil pós-golpe de 1964, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – herdada do *establishment* militar norte americano – foi reorganizada pelos militares brasileiros, incorporando elementos já presentes em nossa tradição militar e enfatizando a geopolítica e a guerra revolucionária no centro de seu ideário. Tal conjuntura levou a uma influência direta do binômio segurança e desenvolvimento no que ficou conhecido como ideologia do desenvolvimentismo autoritário. A saber, tal ideologia, em negação direta ao discurso nacionalista dos períodos anteriores, pregava um rápido desenvolvimento econômico, a segurança nacional frente ao inimigo interno, um Estado forte, centralizador e fomentador de uma tecnocracia civil-militar, a fortificação da burguesia nacional e a presença das multinacionais e dos créditos externos (MANTEGA *apud* LOUREIRO, 1997, p.112-114). Nesse constructo da DSN, a geopolítica brasileira adquiriu uma dimensão sem precedentes a partir da Guerra Fria.

Por mais que os elementos geopolíticos/geoestratégicos, como já apontamos, estivessem presentes nas políticas dos governos anteriores, foi a partir da instauração da ditadura em 1964 que a geopolítica e a política externa estiveram vinculadas; primeiramente conduzindo a uma mentalidade guiada pela lógica externa, de uma política de poder realizada com objetivos de fortalecer o Estado frente aos demais e, depois, a uma política nacional e com tendências ao expansionismo (FERREIRA *apud* MIYAMOTO; GONÇALVES, 2000, p. 183). Expansionismo esse, pensado pelos

estrategistas sob a hipótese – pelo menos a princípio – de uma projeção limitada, logo, isso se daria sobre os países próximos. Estavam lançadas as bases ideológicas do Brasil potência.

Trazendo à perspectiva as regiões da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica, a investigação prévia demonstra a existência de uma relação direta nessa mudança efetivada pelo pensamento geopolítico militar, em relação ao papel que o Brasil deveria ocupar no cenário internacional como país potência e a valorização dessas regiões, platina e amazônica conjuntamente, como centros estratégicos dessa projeção do Estado, caracterizando, assim, uma situação distinta até então, em que as políticas internas e externas estariam conjugadas e atendendo, paralelamente, os interesses de segurança e desenvolvimento.

Na região amazônica prevaleceram as políticas que visavam aprofundar a níveis contundentes a integração nacional. Ademais, os programas de integração foram responsáveis pela formulação e construção das hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel e das barragens menores de Curuá-Uma e Jatapu, todas na Amazônia. A Bacia Platina, palco da construção de Itaipu, sem dúvida a mais emblemática em relação aos objetivos de projeção externa – sobretudo entre os anos de 1969 e 1974 – foi cenário de disputas entre Brasil e Argentina em torno da preponderância como aliado preferencial dos Estados Unidos no continente americano. Verifica-se o desenvolvimento de uma série de projetos de aproximação com países do sistema platino (Bolívia, Paraguai e Uruguai) – a fim de reforçar o poder político e econômico brasileiro. Enfatizando as relações bilaterais, o governo brasileiro utilizava, por exemplo, a integração de transportes viário e ferroviário com o Uruguai, a construção de usinas hidrelétricas na fronteira com o Paraguai e a criação de empresas binacionais na Bolívia, ou seja, energia e transporte constituíam os eixos das propostas de infraestrutura que alavancariam a preponderância brasileira.

1. O CASO GEOPOLÍTICO DE ITAIPU

Na década de 1960, o presidente Jânio Quadros já demonstrava o desejo de construir uma usina hidrelétrica na região de Sete Quedas (fronteira com o Paraguai) como uma grande obra que marcasse seu governo. Com a renúncia de Quadros, seu sucessor, João Goulart, manteve a intenção de construir a usina e chegou a procurar os russos, em plena Guerra Fria, para a realização da obra. A iniciativa foi rechaçada por

parte da opinião pública brasileira e, principalmente, pelo presidente paraguaio, Alfredo Strossner, que não admitia a ideia de ter os russos em sua fronteira. O presidente paraguaio começava, então, a demonstrar interesse pelo potencial hidrelétrico na região de fronteira. Em março de 1962, João Goulart orientou o Ministério de Minas e Energia para contratar o escritório técnico do Engenheiro Octavio Marcondes Ferraz (Escritório O.M.F.), que já havia chefiado a CHESF1 na construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, na Bahia. Criado em 1928, o Escritório O.M.F. foi o primeiro que se constituiu, no Brasil, para consultoria técnica ligada à energia elétrica (FERRAZ, 1993, p. 61). Segundo o engenheiro Marcondes Ferraz,

Em 120 dias concluímos um estudo que chamei de “Estudo preliminar da utilização de Sete Quedas” (...) quando cheguei ao local e estudei, vi que, se deslocássemos a usina cerca de cinquenta ou sessenta quilômetros a jusante da queda, seria possível utilizá-la, uma vez que a queda seria muito maior, e, portanto, a variação entre a seca e a enchente não impediria o funcionamento da usina. E assim foi feito: localizamos a usina em um lugar que não sei se ainda existe chamado Porto Mendes Gonçalves (FERRAZ, 1993, p. 165).

Havia duas formas de aproveitar o potencial hidrelétrico na região de Sete Quedas. Uma seria com a construção de uma barragem à jusante das cataratas, em águas internacionais, e outra seria desviar o curso do rio a montante, em território brasileiro, para utilizar a força motriz das águas. Após a realização de estudos preliminares, o Escritório O.M.F. apresentou um projeto final ao governo, afirmando que “(...) o relatório final foi considerado o mais completo (...) sobre Sete Quedas (...)”, até aquele momento.

Os estudos de Marcondes Ferraz contrapunham-se aos mega-projetos e aconselhava a construção de pequenas usinas para atenuar o impacto ambiental. Tais estudos também previam o desvio do curso natural do rio Paraná para melhor aproveitamento. No entanto, a ideia de desviar parte do rio e fazê-lo correr em território brasileiro sem o consentimento do Paraguai se constituía em “(...) uma violação de fronteira e serviu de excelente motivo para protestos do governo de Strossner” (PEREIRA, 1974). As iniciativas brasileiras despertaram, então, o interesse do Paraguai e a atenção da Argentina pelo receio de que uma obra no rio Paraná poderia impossibilitar futuros projetos de aproveitamento hidráulico (ANDERSEN, 2009; CAUBET, 1989; ESPÓSITO NETO, 2012; PEREIRA, 1974). De acordo com Marcondes Ferraz,

O fato de a usina ter sido projetada exclusivamente em território brasileiro deveu-se apenas a uma questão técnica; achei que seria a melhor solução, porque assim a usina se livrava da inundação da cachoeira na época das cheias, adquiria uma potência bastante grande e era de fácil execução. Certa vez, em um congresso de engenharia, um representante do Paraguai perguntou-me se o projeto eliminava os direitos de seu país, ao que respondi: Sou um técnico, fui chamado para resolver um problema técnico. A melhor solução, a meu ver, foi a que dei. Os direitos do Paraguai são uma questão política a ser resolvida entre os dois governos. Estou certo de que o governo brasileiro respeitará os direitos do Paraguai, que é senhor da metade das águas do rio (FERRAZ, 1993, p. 166).

Dessa forma, de um lado, o projeto de Marcondes Ferraz não seria levado adiante pelas autoridades brasileiras por conta do litígio de fronteira levantado pelo Paraguai e de outro, pela reivindicação da Argentina na participação direta nas decisões sobre a utilização dos rios internacionais. Percebe-se, nesse momento, que as questões puramente energéticas deram lugar a disputas territoriais bem claras. Com o incremento da instauração do regime militar em 1964, a posição brasileira sobre a sua projeção e influencia na região se aprofundaria.

Do outro lado, o governo de Strossner passou a reivindicar ao Paraguai um pequeno território na região de Sete Quedas. Segundo Oliveira, a dificuldade contra os argumentos técnicos do Brasil sobre a fronteira, fez com que Strossner iniciasse uma campanha antibrasileira (OLIVEIRA, 2012) e, após o golpe de 1964, as autoridades paraguaias dirigiram-se à região contestada e hastearam uma bandeira daquele país em local próximo a Porto Coronel Renato, município situado no Estado de Mato Grosso do Sul. Em resposta, o então tenente-coronel Octávio Tosta, um dos expoentes do pensamento geopolítico militar, estabeleceu um núcleo pioneiro de ocupação brasileira nas proximidades de Porto Coronel Renato, onde foi fundada a localidade de Sagarana, na margem do remanso de Sete Quedas. Isso levou a um processo de trocas de correspondências oficiais ameaçadoras; então, tentou-se chegar a um acordo extraoficial. Para tanto, foi enviado a Assunção o General Golbery de Couto e Silva, na tentativa de conter os desacordos e negociar diretamente com o Presidente do Paraguai. Sem sucesso, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, solicitou ao Itamaraty a elaboração da proposta final sobre a questão.

A Nota Verbal paraguaia nº 712 de 14 de dezembro de 1965 contestava o comunicado brasileiro da seguinte forma:

Dicho Tratado de Limites (de 1872) fué firmado en la ciudad de Asunción, ocupada esta Capital así como el territorio de la republica por fuerzas militares brasileñas. (...) El Tratado de Limites (...) consecuencia de uma guerra de exterminio (...) injusta en virtud de la cual se despojó a la República del Paraguay de extensos territorios, después de agotar sus riquezas nacionales y diezmar su población; si traigo a la memoria de Vuestra Excelencia tan desagregables antecedentes (...) no es para fundamentar la nulidad de tales instrumentos, por vicios de consentimiento de la letra y el espíritu del Tratado (...) evitando la presencia de fuerzas militares que no puden crear ningún derecho a favor del Brasil en la zona fronteiriza no demarcada aún. (...) mi Gobierno (...) sostiene que los límites fueran establecidos, pero no demarcados en el Tratado de 1872, y que la demarcación hecha en 1872/74 fue parcial y no está concluída aún, faltando poner hitos en los veinte kilómetros de linea divisoria por la cumbre de la sierra del Mbaracayú próximos al Salto del Guairá, recientemente ocupada por el Brasil com fuerzas militares (PARAGUAI, 1965)

É sabido que o conflito em torno das fronteiras na região, mormente em Sete Quedas, data de 1870 com a demarcação realizada por uma comissão mista dos dois países (GOMES, 2009). Sendo assim, o destacamento militar brasileiro em Porto Coronel Renato atendia inteiramente a uma questão de soberania na região; em nota ao governo paraguaio, o então Chefe da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador João Guimarães Rosa, preparou longo texto sobre a questão de Sete Quedas, o qual foi encaminhado à Embaixada do Brasil em Assunção. O Embaixador do Brasil nessa capital, Jayme Souza Gomes, preparou, com base nos subsídios enviados pelo Chefe da Divisão de Fronteiras, a Nota Verbal nº 92 de 25 de março de 1966, que foi encaminhada ao Governo do Paraguai.

16. A partir, portanto, de 24 de outubro de 1874, a fronteira estava definitivamente fixada, de conformidade com a demarcação feita, nos termos do Tratado de 1872.

17. Daí por diante, qualquer dos dois países podia ocupar o território de seu lado da linha encarnada do mapa, e nêle plenamente estabelecer-se – assim como nas ilhas a um e a outro adjudicadas, conforme a mesma linha encarnada, nas plantas.

(...) 146. Nestes quase 92 anos, tôda a faixa ao norte do trecho da divisória estêve sob legítimo e exclusivo domínio e posse do Estado brasileiro, não sendo admissível que passe, agora, de um momento para outro, a ser considerada, pelo Govêrno paraguaio, como “não demarcada”.

(...) 149. Quanto ao que Vossa Excelência alega – que a deterioração de nossas relações não se deve tanto ao desentendimento acêrca da demarcação da fronteira, mas à “ocupação militar perpetrada pelo Brasil, da zona ainda não delimitada” – meu Govêrno peremptoriamente refutando as premissas, nega qualquer sentido à conclusão.

150. É precisamente porque a Demarcação, feita em 1872/74, se reconhece como exata, válida e definitiva, que o Destacamento militar brasileiro – instalado, acima da 5ª Queda do Salto Grande das Sete Quedas, ao norte da linha de fronteira fixada na Demarcação – encontrasse no Brasil, estando livre o Governo brasileiro para movimentar, no exercício de seus direitos de soberania territorial (BRASIL, 1966)

O mal-estar que se arrastava ao longo dos anos, ganhava novo complemento no contexto de Guerra Fria, principalmente, quando em 1966 foi assinada a Ata das Cataratas (ou tratado do Iguazu). O texto apresentado previa uma solução cooperativa para o fim dos atritos, quando aludia que, “(...) a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná, desde o Salto Guaíra até Foz do Iguazu, será dividida em partes iguais entre os dois países, reconhecendo-se a cada um deles o direito de preferência para a aquisição da energia a preço justo” (BRASIL, 1966). Antes da assinatura da Ata – que apenas atentava para o aproveitamento hídrico – segundo Juracy Magalhães, a questão territorial revelava um clima belicoso; em reunião com autoridades do Paraguai o diplomata chegou a afirmar que conhecia direito internacional bastante bem para saber “que um tratado entre dois países só pode ser revisto por outro tratado ou uma guerra, lhe afirmei que o Brasil não tinha condições de aceitar novo tratado e lhe perguntei se o Paraguai estava em condições de promover uma guerra” (MAGALHÃES, 1982, p. 203).

Por esse motivo, em novembro de 1966, o governo brasileiro transferiu de Viena para Assunção o Embaixador Mário Gibson Barboza, que relatou que “No dia da minha chegada a Assunção, uma bandeira brasileira foi queimada na rua principal. Automóveis buzinaaram a noite inteira (...), e os muros da Embaixada, no dia seguinte, amanheceram pichados: ‘Fora o invasor brasileiro’” (BARBOZA, 1992: p. 86). Segundo o próprio Embaixador, a tarefa imediata era resolver o problema de fronteira. A ideia de construir Itaipu viria somente tempos depois.

(...) o problema territorial não se resolveria em tribunais, nem através de negociações, nem reuniões. A opinião pública paraguaia já estava emocionalmente formada, e era irreduzível. Quanto ao Brasil, tinha tanta segurança do seu direito que nem sequer reconhecia a existência do problema. Para mim, nessas condições, o que tínhamos que fazer era procurar tecer uma teia de interesses entre Brasil e Paraguai de tal porte que gerasse efetivos benefícios aos dois países e transformasse o diferendo territorial em algo de importância secundária – ou, mesmo o anulasse. (BARBOZA, 1992, p. 90)

A posição de Mario Gibson Barboza corrobora com um quadro esclarecedor que nos mostra que as questões ideológicas e geopolíticas não só tramitavam em consonância com as ações, como em certos momentos se sobrepunham a elas. A solução diplomática para a controvérsia passou pela criação, em 1967, da comissão mista de Brasil e Paraguai para proceder aos estudos previstos na Ata do Iguazu. Segundo Cervo, o Brasil negociou desde 1967 com Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina, “(...) com a finalidade de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência” (CERVO; BUENO, 2011, p. 446). Isto posto, em abril de 1969 – em parte pela pressão dos argentinos que viam uma supremacia do Brasil na região – durante a III Reunião dos Cinco, em Brasília, assinou-se o Tratado da Bacia do Prata. Nele, os cinco países comprometiam-se a cooperar com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e abrir informações no caso de haver possibilidade de causar prejuízo sensível. O Tratado da Bacia do Prata, ainda que acenava a um entendimento, não apagava as interpretações divergentes entre Brasil e Argentina, principalmente nas questões de ocupação territorial e influência na região. A posição brasileira em relação a função geopolítica de soberania na região sempre foi exposta com clareza ao atentar que o país

Se encontra as cabeceiras de uma bacia hidrográfica, não pode consentir em se autolimitar quanto ao aproveitamento hidráulico, adotando restrições que não sejam as de seu próprio interesse, requisitos técnicos e seus princípios consagrados pela responsabilidade jurídica (Tratado da Bacia do Prata *apud* SACRE, 1990, p.8.)

A Argentina acompanhava apreensiva as ações brasileiras sobre a utilização dos rios da Bacia do Prata. Em junho de 1971, por conta da IV Reunião dos Cinco em Assunção, foi assinada a Declaração de Assunção, cujo ponto n.2 dizia que, em rios internacionais de curso sucessivo, a soberania, não sendo partilhada, cada Estado poderia aproveitar das águas em função de suas necessidades, conquanto não causasse prejuízo sensível a outro Estado da bacia. O fato de a Argentina ter assinado a Declaração demonstrava sua incapacidade para combater a crescente influência brasileira nos três outros países da Bacia. A partir desse momento, a bacia do Prata assumia, inclusive nas esferas da imprensa, “proporções significativas, obrigando grande carga política e emocional” (TAMER, 1973, p.260).

Tanto as intenções de projeção externa do Estado brasileiro, quanto as questões geopolíticas no centro dessas intenções são plenamente verificáveis, tendo em vista que

em junho de 1972, o Brasil anunciava que a barragem não seria construída na região de Sete Quedas. Apesar dos estudos de Marcondes Ferraz terem apontado para aquela região um maior potencial energético, a justificativa da escolha da região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina se daria influenciadas diretamente por questões geopolíticas.

A verdade é que nesta região – lógica que igualmente pode ser aplicada à região Amazônica, guardadas as devidas proporções – em detrimento dos grandes conflitos de fronteira, geopoliticamente prevaleceu a ideia de que o país que a controlasse seria o incontestável líder sul-americano. Por esta razão, o Brasil sempre concentrou suas forças militares no Sul e não ao longo de outras fronteiras de baixa densidade populacional e compartilhadas com países de menor poder nacional. Dentro deste quadro, as ações do Estado foram conduzidas de acordo com os pressupostos identificados por Arthur Schlesinger Jr., que afirma que as políticas externas de todos os Estados perseguem objetivos comuns definidos pela “defesa da própria integridade e a proteção dos próprios interesses”. O que as diferencia são as particularidades inerentes a cada governo, as quais determinam o modo pelo qual o “Estado concebe e conduz a sua política externa” (GONCALVES *apud* MIYAMOTO, 1993, p.1). E, no caso, a concepção nacional, em grande parte, seguiu os princípios básicos ditados pela geopolítica, os quais foram difundidos entre os brasileiros por teóricos militares.

CONCLUSÃO

O pensamento geopolítico produzido pelos militares em décadas anteriores e posteriormente condensados na Escola Superior de Guerra, sempre estiveram alinhadas às ações empreendidas pelos governos militares, tanto na região da Bacia do Prata, quanto na Bacia Amazônica. Perguntamo-nos: esse alinhamento significava uma influência direta do pensamento geopolítico nas políticas para o Estado? Quais projetos de produção geopolítica militar propunha para as regiões do Prata e Amazônica? Quais são os nexos existentes entre as estratégias geopolíticas do governo militar e as grandes construções neste período?

Essas questões só fazem sentido se inseridas, como já tínhamos apontado, na compreensão da visão dos militares acerca do papel do Estado brasileiro naquele contexto. E essa visão não pode estar dissociada da Doutrina de Segurança Nacional e do pensamento geopolítico no centro de suas formulações, sobretudo no que tange ao conceito geopolítico de *heartland*. Assentado num pensamento geopolítico de

integração e unidade nacional fortemente influenciado pelas ideias de Halford Mackinder (MACKINDER *apud* TOSTA, ESG, 1961, p. 11), a geopolítica militar trazia como alvo basilar de seu postulado a dominação de pontos essenciais em um território, na garantia de manter no mesmo um poder constituído. Fundamentalmente, a preocupação estava na posição brasileira em face ao conjunto de Estados sul-americanos e a projeção do Estado nessa região frente à Argentina. Nesse esforço, o planalto boliviano assumiu o papel de território chave, entendido como *heartland* ou coração do continente, posteriormente incluído numa teoria geopolítica mais geral dos “polos de crescimento” (PERROUX *apud* SCHWARTZMAN, 1967).

Segundo o capitão Mario Travassos, os problemas correntes no continente, só poderiam ser apreendidos a partir do entendimento de que estavam assentados sob dois grandes antagonismos geográficos: Atlântico contra Pacífico, Amazonas – coração dos interesses estratégicos – e a região da Prata. O primeiro antagonismo garantiria à parte atlântica um papel dominante, não só na região, mas também no eixo da civilização ocidental – como canal de comunicação entre o nosso continente e o europeu. O segundo, garantiria a projeção do Estado.

Em resumo, na vertente atlântica imensa superfície de contato com os mais possantes centros da civilização mundial, vias de penetração naturais estendendo-se do oceano às próprias fraldas andinas. Mentalidade agrícola, tendências dinâmicas; na vertente pacífica, isolamento marítimo relativo, produção e comunicações que aconchegam características montanhosas, mentalidade mineira, tendências estáticas. Recapitulamos o formidável antagonismo demarcado pelas cumeadas dos Andes, porque da maneira de ser da oposição entre as vertentes andinas pode-se concluir da influência decisiva da vertente atlântica sobre a vertente pacífica, da sorte de sucção econômica que o sistema hidrográfico daquela, acionada como se encontra pelas correntes de transporte marítimo mais importante do globo, há de exercer sobre esta (TRAVASSOS, 1947, p. 71 – 72)

Daí o papel importantíssimo do controle boliviano, para garantir que esse privilégio estivesse nas mãos do Brasil e não da Argentina. Mário Travassos via no *heartland* a única opção para o projeto de potência brasileiro, assim como enxergava no planalto boliviano o instrumento inicial de toda a escalada nacional; “O território boliviano pode ser considerado como o centro geográfico do continente sul-americano, seja por sua posição como explosão oriental dos mais importantes contrafortes da cordilheira, seja como ponte ortográfica abrindo o sistema andino, simultaneamente, as influências político econômicas que as bacias do Amazonas e do Prata representam na

massa continental” (TRAVASSOS, 1947, p. 97 – 232). A construção do projeto de Brasil potência ou do destino manifesto brasileiro, passava necessariamente, na visão geopolítica militar, pela dominação, a qualquer custo, desses pontos essenciais no território.

Apenas para pontuar – em vista a limitação dessas páginas – as construções das hidrelétricas de Curuá-Una, Balbina, Samuel e Tucuruí na Amazônia que resultou em grandes alterações ambientais – seguiram todas o mesmo caminho de Itaipu, ou seja, empreendidas em meio a controvérsias entre as visões técnico-científicas e políticas, constituíram-se em grandes projetos de investimento, de grandes dimensões, que movimentaram extraordinários montantes de dinheiro e recursos humanos para sua construção. Também tiveram sua implementação diretamente favorecida pelos militares que, assim como em Itaipu, ignoravam os pesquisadores externos que apontavam problemas nos projetos – tendo em vista que a Usina de Balbina, por exemplo, só satisfaz um décimo das necessidades energéticas do Estado do Amazonas (RODRIGUES, 2013).

Dados fornecidos pela Eletronorte, órgão responsável pelo projeto da Usina de Balbina, indicava a baixa projeção de produção energética – situação referente à pequena quantidade de água represada –, pois se esperava que a barragem produzisse energia capaz de garantir apenas cerca de um terço da demanda de 218 MW em Manaus em 1987 (BRASIL, 1987). De acordo com especialistas, a potência média de energia fornecida a Manaus (1 09,4 MW após a perda de 2,5% de transmissão) seria a metade da demanda em 1987. Em relação aos aproximadamente 130 MW realmente consumidos em 1987, isto representava 84%. A hidrelétrica nunca iria fornecer os 50% da demanda de Manaus, que seria suprida se estivesse funcionando em 1987. Em realidade, a percentagem da energia consumida em Manaus fornecida por Balbina estava fadada a diminuir a cada ano sucessivamente, na medida em que a cidade continuasse a crescer (FEAMSIDE, 1990: p. 18-21), isto é, sua localização indicava outras determinantes para além do fornecimento energético. Na mesma linha argumentativa, o relatório final da Comissão Mundial de Barragens (CMB), apresentava a discrepância entre as possibilidades energéticas e a construção da Usina de Tucuruí, segundo o relatório,

De fato, a barragem, no início, foi concebida para o abastecimento em energia de Belém e região. (...) O setor elétrico e a ELETRONORTE,

em particular, acabaram influenciando muito pouco na decisão de onde e quando construir. Provavelmente, caso o setor elétrico tivesse de decidir sobre como abastecer Belém em energia, a decisão tomada teria sido diferente. O DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) também pouco participou da decisão à época, não tendo exercido nenhuma função reguladora ou controladora no processo decisório. ((CMB) Usina Hidrelétrica de Tucuruí (BRASIL, 1999, p.11-12)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. A Ata das Cataratas, de 1966. In: GARCIA, Eugênio Vargas (Org.). *Diplomacia e Política Externa: Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BRASIL. Nota nº 92, de 25 de março de 1966, da Embaixada do Brasil em Assunção ao Ministério das Relações Exteriores do Paraguai destinada ao Ministro Raul Sapena Pastor. Pasta JM pi MAGALHÃES, J-66-06-21 [Pasta II], CPDOC-FGV-RJ.
- BRASIL. O Tratado de Itaipu, de 1973. In GARCIA, Eugênio Vargas (Org.). *Diplomacia e Política Externa: Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BRASIL. USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ. Relatório final da fase de escopo, South África, 1999, p.11-12.
- BARBOZA, Mario Gibson. Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida, **Editora:** Record, 1992.
- CAUBET, Christian. Por uma (nova?) epistemologia da geopolítica. In Caubet et al, *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, 1990.
- CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (2): 5-25, 2003.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. ed. rev. São Paulo: Ática, 2002.
- COUTO E SILVA, Golbery do. Planejamento estratégico. Brasília: Editora UnB, 1981.
- COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro José Olympio, 1981.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo Governo Vargas (1951 – 1954): democracia, partidos e crise política. 2ª. Edição. São Paulo: Ática, 1992.
- FEAMSIDE, Philip M. A Hidrelétrica de Balbina: o faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia. São Paulo: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, 1990, p. 18-21.
- FERRAZ, Francisco César Alves. A sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955). Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da UNESP, São Paulo, 1994.
- FERRAZ, Octavio Marcondes. Um pioneiro da engenharia nacional-Depoimento I Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: coordenação Renato Feliciano Dias. - Rio de Janeiro: Memória
- FERREIRA, Oliveiros S. La Geopolítica y El Ejército Brasileño. In BELTRÁN, Virgilio Rafael. El papel político y social de los Fuerzas Armadas en América Latina. Caracas: Monte Ávila Editora, 1970.
- FERREIRA, Oliveiros S. Conceitos Estratégicos da II Guerra Mundial ao pós-Guerra Fria. In OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

- GOMES, Enrico Diogo Moro. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra de Maracaju. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Rio Branco/ Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2009.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Relatório preliminar da segunda expedição geográfica ao planalto central do Brasil. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1947.
- HIRST, Monica; RUSSELL, Roberto. Democracia y política exterior: los casos de Argentina y Brasil. Buenos Aires, FLACSO, Série documentos e informes de investigación, no. 55, 1987.
- LENHARO, Alcir. Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: EdUnicamp, 1986.
- MANTEGA, Guido *in* LOUREIRO, Maria Rita. Os Economistas no Governo, editora FGV, 1997, p.112-114.
- MATTOS, Carlos de Meira Mattos. Geopolítica – a geopolítica e a teoria da forma e do espaço dos estados. ESG, 1976.
- MATTOS, Carlos de Meira Mattos. Conceito de potência mundial. ESG, 1976.
- MATTOS, Carlos de Meira. Doutrina política de potência. In *Revolução e Evolução*. AERP, 1970.
- MATTOS, Carlos de Meira. Brasil - Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.
- MATTOS, Carlos de Meira . A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1981.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e Autoritarismo: o caso brasileiro. *Revista de Cultura*, v. LXXVIII, n. 10. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico, Tese Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1985.
- MOURA. Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro. Editora, Fundação Getúlio Vargas, 1991, p.6.
- PARAGUAI. Nota nº 712, de 14 de dezembro de 1965, do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai para a Embaixada do Brasil em Assunção, destinada ao embaixador brasileiro Jaime de Souza-Gomes. Pasta JM pi MAGALHÃES, J-66-06-21 (Pasta II), CPDOC-FGV-RJ., p. 30.
- PEREIRA, Maurício B. Estado Novo: a constituição das bases do partido militar e do projeto Brasil Potência. *Premissas Caderno do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp* v 15-16, 1997.
- PERROUX, François. A economia do século XX. 14ª Reimpressão. Ed. Livraria Moraes, 1967.
- PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- RODRIGUES, Lysias. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.
- TRAVASSOS, Mário. Estrutura geo-militar do Brasil. In *Cultura Política* 1. Rio de Janeiro, 1941.
- RODRIGUES, Lysias. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1947.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque. *Vidas despedaçadas impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia central*, Tese apresentada

ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2013.

SCHWARTZMAM, Simon; HELENA, M. B. Bomeny e VANDA M.R. Costa. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro, Paz e Terra; S. Paulo, Edusp. 1984.

VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Editora Ática, 1987.

TAMER, Alberto, O dilema argentino no Prata, O Estado de São Paulo, 11 de março de 1973. p. 260.